

Política Externa de Privacidade e Proteção de Dados

POL.GES-GSP.IN.003

1. É proibida a reprodução deste documento sem prévia autorização do Postalis. 2. Este documento tem caráter normativo, cabendo única e exclusivamente ao usuário a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da utilização das informações nele contidas.

Título/assunto	Política Externa de Privacidade e Proteção de Dados
Identificador	POL.GES-GSP.IN.003
Revisão	00
Sigla e nome da unidade elaboradora	GSP – Gerência de Segurança e Proteção de Dados
Sigla e nome da unidade aprovadora	COD – Conselho Deliberativo
Processo ou subprocesso vinculado	Gestão de Segurança e Proteção de Dados
Distribuição	Postalís
Relação com outras normas	- POL.GES-GSP.IN.002 – Política de Privacidade e Proteção de Dados; - POL.GES-GSP.IN.001 – Política da Gerência de Segurança e Proteção de Dados; - MNO.GES-GSP.IN.005 – Manual Normativo de Segurança da Informação; - MNO.GES-GSP-IN.002 – Manual Normativo de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais; - MNO.GES-GSP.IN.004 – Manual Normativo de Gestão de Incidentes de Violação de Dados Pessoais.
Regulamentação de referência	- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; - Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019.
Ato revogado	Não se aplica
Vigência e ato formal de aprovação	22/07/2025 – Deliberação nº 01.03.DEL/2025-0016
Temporalidade	Até 24 meses ou até nova revisão
Alteração em relação à edição anterior	Não se aplica

Sumário

1. Objetivos	4
2. Definições	4
3. Responsabilidades.....	5
4. Diretrizes	7
5. Exercícios de Direitos Pelo Titular.....	7
6. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais	8
7. Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis.....	8
8. Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes	9
9. Compartilhamento de Dados Pessoais.....	9
10. Segurança e Proteção de Dados Pessoais	10
11. Comunicação de Incidente de Segurança de Dados Pessoais	10
12. Transferência Internacional de Dados.....	11
13. Prazo de Armazenamento dos Dados.....	11
14. Como Contatar-nos.....	11
15. Disposições Finais	11
16. Anexos	11

1. Objetivos

Esta Política tem como objetivo estabelecer uma cultura organizacional no POSTALIS, alinhada aos padrões nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais, além de garantir a segurança da informação dos dados empresariais, e prezar pelo princípio da transparência.

O Postalis compromete-se a adotar elevados padrões éticos e tecnológicos, conduzindo suas operações com transparência e em conformidade com as legislações, normas, regulamentos, códigos e diretrizes aplicáveis. Além disso, assegura o respeito aos direitos e liberdades fundamentais dos Titulares de Dados, conforme disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

2. Definições

Para os fins desta Política, aplicam-se os seguintes termos e suas respectivas definições:

Assistidos: Participantes e seus beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada;

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) - Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);

Beneficiário - Pessoa que, tem direito de gozar de benefício de prestação continuada ou outra modalidade de benefício previsto;

Consentimento - manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Controlador – Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Dado Anonimizado - Dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Dado Pessoal - Informação ou dado relacionado à pessoa natural identificada ou identificável;

Dado Pessoal Sensível - Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Encarregado de Dados - Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal e comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Operador – Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Participantes: Entende-se como participante os empregados ativos nas patrocinadoras, empregados em gozo de benefícios em um dos planos e pensionistas;

Titular de dados - Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Tratamento de dados pessoais - Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

2.1. Siglas

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);

ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

GSP – Gerência de Segurança e Proteção de Dados;

MNO – Manual Normativo.

3. Responsabilidades

No âmbito da presente Política são estabelecidas as seguintes responsabilidades e competências:

DEX (Diretoria Executiva): A Diretoria Executiva (DEX) é responsável por definir diretrizes estratégicas e supervisionar a aplicação da política de privacidade de dados, incluindo:

- Define as regras: Estabelece as normas e procedimentos para a proteção de dados na organização.
- Toma decisões importantes: Decide sobre casos de violação da política de proteção de dados e nomeia o Encarregado de Dados Pessoais.

- Supervisiona a proteção de dados: Monitora a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na organização.

GSP (Gerência de Segurança e Proteção de Dados Pessoais): A Gerência de Segurança e Proteção de Dados Pessoais (GSP) atua na implementação e controle das diretrizes da LGPD, sendo responsável por:

- Garante o cumprimento da LGPD: Controla e garante que a organização esteja em conformidade com a LGPD.
- Gerencia os relatórios de impacto: Supervisiona a criação de relatórios que avaliam o impacto da organização na proteção de dados.
- Protege os dados: Implementa políticas de privacidade e proteção de dados, avalia e reduz os riscos de violações de privacidade.
- Documenta as atividades: Coleta informações e mantém registros atualizados sobre como os dados são tratados na organização.

Encarregado de Dados Pessoais (DPO): O Encarregado de Dados Pessoais (DPO) desempenha um papel central na comunicação e fiscalização da proteção de dados, incluindo:

- Ponto de contato: Recebe reclamações e dúvidas sobre proteção de dados, fornece esclarecimentos e toma as medidas necessárias.
- Comunicação com a ANPD: Interage com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e cumpre suas orientações.
- Educação e orientação: Treina os funcionários sobre as práticas de proteção de dados e auxilia na elaboração de relatórios de impacto.

Empregados: Todos os empregados possuem papel ativo na proteção de dados, sendo responsáveis por garantir a segurança e conformidade das informações tratadas em suas atividades. As principais responsabilidades incluem:

- Protegem os dados sob sua responsabilidade: Cada funcionário é responsável por proteger os dados pessoais que utiliza em seu trabalho.
- Responsabilidades por área:
 - **Gestão previdencial**: Manter o cadastro de participantes atualizado e preciso.
 - **Gestão de pessoas**: Manter o cadastro de funcionários atualizado e preciso.
 - **Gestão de contratos**: Garantir que os contratos estejam em conformidade com a LGPD.

Essa estrutura organizacional garante que a proteção de dados seja uma responsabilidade compartilhada, com cada setor desempenhando um papel essencial na segurança e conformidade do Postalís.

4. Diretrizes

Esta Política de Privacidade estabelece o compromisso do Instituto com a proteção, segurança e privacidade das informações coletadas de participantes, assistidos, dependentes, empregados, terceirizados, prestadores de serviços e demais partes interessadas, identificadas como titulares de dados.

5. Exercícios de Direitos Pelo Titular

O Postalís disponibiliza um canal específico para que os titulares de dados exerçam os direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esse serviço, denominado Fale com DPO, pode ser acessado por meio do site institucional ou pelo e-mail: dpo@postalis.com.br.

Neste exercício o titular poderá solicitar:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados pessoais;
- correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular ou que já não possuem justificativa para sua manutenção.

O Postalís reconhece que, em seus processos de negócios que envolvem o tratamento de dados pessoais, as informações podem ser transmitidas, armazenadas e processadas por diversos meios. Esses meios estão suscetíveis a fatores internos e externos que podem representar riscos à segurança dos dados, comprometendo a proteção e a privacidade de seus titulares.

Dessa forma, o Postalís estabelece sua Política de Privacidade de Dados Pessoais como parte integrante de seu sistema de gestão corporativo, em conformidade com os requisitos da legislação brasileira, bem como com boas práticas e normas internacionalmente reconhecidas. O objetivo é assegurar níveis adequados de proteção para todos os dados pessoais tratados pelo Instituto.

6. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais

As finalidades para o tratamento de dados pessoais pelo Postalís, como Operador e/ou Controlador estão todas fundamentadas nas bases legais designadas pela LGPD:

- **cumprimento de Obrigação legal ou regulatória** - situação muito comum entre empregador e empregado, isso acontece porque a empresa precisa dos documentos de seus profissionais, e eles serão armazenados por uma boa quantidade de tempo;
- **execução ou criação de contrato** - aspecto que permite a utilização dos dados pessoais. acontece de diversas formas, como por exemplo: **contrato de adesão ao plano de previdência** (documento firmado entre o participante e a entidade de previdência para formalizar a entrada no plano).
- **consentimento do titular** - O titular autoriza, de forma **livre, informada e inequívoca**, o tratamento dos seus dados para uma finalidade específica.
- **legítimo interesse do controlador** - Permite o tratamento de dados para atender interesses legítimos do controlador ou terceiros, desde que não viole direitos e liberdades fundamentais do titular
- **proteção ao crédito** - Os dados podem ser tratados para atividades de **análise e proteção de crédito**.

Por fim, adotamos medidas para a eliminação de todos os dados que não são mais necessários, seja por terem cumprido sua finalidade ou por terem atingido o prazo máximo de retenção estabelecido.

7. Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Para o cumprimento de suas funções, o Postalís poderá realizar o tratamento de Dados Pessoais de natureza sensível, em especial aqueles relacionados à saúde de seus participantes, assistidos ou colaboradores. Dados biométricos, como biometria facial e/ou digital também poderão ser tratados com o objetivo de identificar e/ou autenticar o acesso em sistemas eletrônicos próprios ou de terceiros, visando à segurança e ao combate a fraudes.

O tratamento dos dados pessoais sensíveis será realizado para a finalidade específica e somente quando se tornar indispensável para **cumprimento de obrigação legal, regulatória ou contratual, defesa em processo judicial ou administrativo e em estrita observância às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**, de modo a impedir tratamentos restritivos.

Outros dados pessoais considerados sensíveis poderão ser tratados pelo Instituto, desde que indispensáveis para a realização de atividades correlatas às finalidades institucionais das EFPC, sendo obrigatória a indicação da hipótese legal autorizadora e desde que sejam observados os Princípios previstos na LGPD.

O Postalís não realiza o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis para fins de classificação de perfis não abarcados pelos serviços e atividades das EFPCs, sendo vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.

O Postalís não compartilha ou permite uso compartilhado dos dados pessoais sensíveis com o objetivo de obtenção de vantagem econômica. Quando necessário, tais dados são compartilhados somente para permitir a adequada execução do contrato previdenciário, defesa em processo judicial ou quando consentido pelo titular de forma específica e destacada.

8. Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes

Para o cumprimento dos serviços de previdência complementar, o Postalís poderá tratar Dados Pessoais de crianças e adolescentes, sempre que estes figurarem na qualidade de beneficiários e/ou pensionistas dos participantes. O Instituto adota os cuidados específicos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, visando assegurar e preservar o melhor interesse do menor.

O tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes demanda **consentimento** específico e destacado a ser fornecidos pelos pais ou responsáveis legais no momento da coleta das informações pessoais, sobretudo quando se tratar de titular com até 12 (doze) anos de idade, nos termos do que determina a LGPD.

Para fins de aplicação da legislação, o participante, assistido ou empregado que tenha indicado criança ou adolescente como seu beneficiário ou dependente, torna-se responsável legal pelos dados pessoais do menor, concedidos para as finalidades indicadas.

9. Compartilhamento de Dados Pessoais

O Postalís poderá compartilhar dados pessoais com terceiros, incluindo patrocinadora, prestadores de serviços e parceiros, estritamente dentro dos limites necessários e em conformidade com a legislação de proteção de dados aplicável. Esse compartilhamento ocorre para viabilizar a execução do contrato previdenciário, garantir a proteção dos interesses dos titulares dos dados, cumprir obrigações legais e atender determinações judiciais ou solicitações de autoridades públicas.

No caso de dados pessoais sensíveis, o compartilhamento ou uso compartilhado não ocorrerá para obtenção de vantagem econômica. Esses dados serão compartilhados exclusivamente para:

- A adequada execução do contrato previdenciário;
- A defesa em processos judiciais;
- Situações em que o titular conceder consentimento expresse, específico e destacado.

Independentemente do destinatário dos dados, o Postalís compromete-se a revelar apenas as informações estritamente necessárias, respeitando o princípio da minimização de dados e garantindo a proteção e segurança das informações compartilhadas.

10. Segurança e Proteção de Dados Pessoais

O Postalís se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados. Além disso, limitamos o acesso aos dados às pessoas que dele necessitam para o cumprimento de suas atribuições.

O Instituto se compromete, ainda, a comunicar aos titulares, em prazo adequado, caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa causar risco relevante para seus direitos e liberdades pessoais.

Ressaltamos que, nossos procedimentos de segurança são regularmente atualizados para incorporar os mais recentes avanços tecnológicos.

11. Comunicação de Incidente de Segurança de Dados Pessoais

O Postalís garante o cumprimento de todas as políticas, regras e orientações de segurança da informação relacionadas à proteção dos dados pessoais, incluindo questões relativas a armazenamento, criptografia, controles de acesso (dupla autenticação, manutenção de inventário detalhado) e serviços de firewalls, a fim de protegê-los contra perdas, destruições, alterações, divulgações e acessos não autorizados sejam esses acidentais ou não, devendo adotar medidas para garantir adequada segurança contra os riscos apresentados em decorrência da natureza dos Dados Pessoais.

Em caso de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, o Postalís se encarregará de comunicar os titulares dos dados pessoais afetados sobre o ocorrido, informando, ainda, as medidas adotadas para mitigação dos danos.

A comunicação do incidente de segurança de dados pessoais também será dirigida à ANPD, que verificará a gravidade e, caso seja necessário para a salvaguarda dos direitos dos titulares, determinará a adoção das providências cabíveis.

De forma a assegurar a proteção de dados pessoais, os contratos de prestação de serviço celebrados pelo Postalís contêm cláusulas de responsabilidade do terceiro, na qualidade de Operador, em caso de incidentes de segurança que coloque em risco os Dados Pessoais dos participantes, assistidos, beneficiários e colaboradores da Entidade. O Postalís se compromete a fiscalizar a atuação do Operador no tratamento dos dados pessoais.

12. Transferência Internacional de Dados

Em consonância com o cumprimento de obrigações legais e acordos de cooperação internacional, a transferência internacional de dados poderá ser realizada. Nesses casos, asseguramos a transparência do processo, informando sobre a ocorrência da transferência e o país de destino dos dados.

Adicionalmente, adotamos medidas para garantir um nível de proteção de dados pessoais equivalente ao estabelecido pela legislação brasileira, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), buscando a proteção adequada dos dados em âmbito internacional.

13. Prazo de Armazenamento dos Dados

Em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), implementamos rigorosos procedimentos para garantir o cumprimento dos prazos de armazenamento de dados pessoais. Mantemos apenas as informações necessárias e pelo período determinado pela legislação, ou por requisitos legais específicos.

Prezamos pela eliminação segura de dados desnecessários ou que tenham excedido o período de retenção legal, em conformidade com as diretrizes de segurança da informação e as melhores práticas de governança de dados.

14. Como Contatar-nos

Para esclarecimentos de dúvidas ou obtenção de mais informações, entre em contato pelo e-mail **dpo@postalis.com.br**, disponível no site institucional.

15. Disposições Finais

Esta versão da Política Externa será revisada periodicamente sempre que houver atualizações, ou, no mínimo, a cada dois anos, garantindo sua contínua adequação às normas e boas práticas de proteção de dados.

16. Anexos

Não há.

